

10/8/1986

Sindicalismo rural avança no Brasil com o apoio católico e das esquerdas

Sônia Carvalho

São Paulo— O sindicalismo rural no Brasil vem avançando a passos largos, impulsionado sobretudo pela atuação política da igreja católica e dos partidos de esquerda, principalmente do Partido Comunista Brasileiro, que exerce forte influência sobre a poderosa Contag— Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. De 1960 até o ano passado, o número de sindicatos rurais deu um salto astronômico: aumentou 54 mil 500%. Hoje, 65% dos 4 mil 155 municípios brasileiros abrigam uma entidade sindical rural. Ao todo, são 2 mil 732 sindicatos (contra apenas cinco, em 1960), com 9 milhões 438 mil trabalhadores rurais filiados.

Ao lado do crescimento numérico, o sindicalismo rural passa por uma fase de transformação qualitativa. Caminha de uma postura assistencialista — cunhada principalmente durante o governo Médici, quando foi criado o Funrural —, para uma linha mais reivindicatória. Se ainda não houve mudança radical de mentalidade, começa, ao menos, a surgir uma nova geração de sindicalistas que combate a atuação meramente assistencial exercida atualmente pela maior parte das lideranças rurais do país. "A corrente assistencialista ainda é majoritária", admite José Novaes, que foi ligado à igreja e ex-militante do PRC (Partido Revolucionário Comunista) que atua no campo desde 1962. Na Bahia, onde nasceu, Novaes constata com amargura que apenas 43 dos 316 sindicatos do estado podem ser considerados combativos. "Ainda nos ressentimos da falta de quadros", justifica.

Novo enfoque

De fato, hoje a maior preocupação dos dirigentes sindicais é acelerar a formação política no campo. A Contag tem investido nos cursos de treinamento e capacitação sócio-sindical. Em São Paulo, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura montou, em 1976, o Instituto Técnico Educacional para os Trabalhadores Rurais, cujos cursos já foram freqüentados por praticamente todos os dirigentes dos 173 sindicatos do interior. Na última semana, a sede do Itetresp, no município de Agudos (SP), foi tomada, durante três dias, por sindicalistas do centro-sul do país que já estão discutindo a pauta de reivindicações das campanhas salariais para o próximo ano.

Assim, ao lado do velho dirigente sindical, arraigado apenas no papel assistencialista dos sindicatos e nos convênios do Funrural — administradores, como são chamados —, movimentam-se, agora, os revisionistas, ou seja, aqueles veteranos que estão procurando assimilar o perfil do novo trabalhador rural, bens como suas reivindicações, e exercer um sindicalismo autêntico paralelamente ao assistencialismo. "Fomos assistencialistas por força das circunstâncias. Era o que o trabalhador queria. Hoje, temos que fazer o autêntico sindicalismo e lutar pela reforma agrária", ressalta Abel Rodrigues de Camargo, que comanda há mais de 20 anos o sindicato dos trabalhadores rurais do Rio Claro (SP). A frente dessas duas correntes, desponta a nova geração, um fenômeno constatado a partir de 1979, com uma posição mais combativa, independente e avessa ao assistencialismo.

A retomada do fôlego sindical no campo, principalmente a partir de 1979, tem múltiplas explicações. Algumas delas, no entanto, são mais constantes, como explica José Novaes. De um lado, os dirigentes rurais foram estimulados pelo ressurgimento dos movimentos trabalhistas nos centros industriais. Por outro lado, intensificou-se a luta pela permanência no campo com a entrada e a multiplicação das empresas rurais. E há, ainda, uma disputa política que acabou fortalecendo a formação sindical. A igreja católica, que recolheu suas baterias

após 1967, resolveu novamente tomar a dianteira do processo e impedir o avanço dos partidos de esquerda. Ou seja, a repetição do quadro que existiu no início dos anos 60, quando a igreja investiu na formação de sindicatos para contrabalançar a influência política das Ligas Camponesas, sob orientação comunista.

A disputa pela liderança no campo ocorre, assim, mas a nível de correntes políticas do que das entidades sindicais constituídas. As duas centrais sindicais do país, CUT e CGT, têm penetração reduzida no campo enquanto entidades. A CUT, por exemplo, contou apenas com representantes de 343 sindicatos rurais no último congresso realizado início de agosto. Em março, no encontro da CGT, compareceram delegados de 347 entidades rurais.

A própria alteração das condições de vida e relações de trabalho no campo acabou levando ao fortalecimento do movimento sindical, principalmente nos estados em que predominam o assalariado rural e os bóias-frias, como em São Paulo.

Com o surgimento das empresas agro-industriais, especialmente em virtude do desenvolvimento do programa do açúcar e do álcool e a expansão da cultura da cana, o colono passou a assalariado e foi engrossar a periferia das cidades.

— Na roça, era difícil fazer o trabalho de conscientização. Agora, organizamos os trabalhadores nos bairros das periferias — revela Vitor Jorge Faria, presidente licenciado do sindicato de Araras e Leme e candidato a deputado estadual pelo PT. Em contato mais estreito com os meios de comunicação, com uma relação mais impessoal com o empregador, longe de sua tutela, aos poucos o trabalhador rural aprendeu a reivindicar.

— Não podemos parar, sob o risco de retroceder. Mesmo quando lutamos por melhores salários, não deixamos de colocar que o nosso grande objetivo é a reforma agrária — diz Faria.

— O avanço do capitalismo no campo está fortalecendo nossa luta. Com a concentração da propriedade, a bandeira da posse da terra ganha maior relevância — reforça José Novaes.

CRESCIMENTO DOS SINDICATOS RURAIS

Ano	Número de Sindicatos	Trabalhadores Sindicalizados
1960	5	-
1968	632	-
1973	1582	2 milhões 110 mil
1978	2275	5 milhões 734 mil
1983	2564	8 milhões 248 mil
1985	2732	9 milhões 438 mil (*)

Fonte: Contag

(*) estimativa

(Página 34)